



RELATÓRIO E CONTAS 2023

Aprovado em Reunião da Assembleia Geral

em 24-03-2024

Clara Lourenço Lourenço de Castro

Aprovado em Reunião da Mesa Administrativa

em 12-03-2024

Ricardo Manuel Antunes



Futuro, esse só a Deus pertence, mas a vontade de fazer e empreender é bastante grande. Assim nos seja permitido concluir tudo aquilo que nos propomos fazer ...



PÁG.

INDICE	2
SEJA BEM VINDO À SANTA CASA DA MISERICORDIA	3
ORGANOGRAMA DA INSTITUIÇÃO	5
MENSAGEM DO PROVIDOR	6
BALANÇO INDIVIDUAL A 31/12/2022 E 31/12/2023	8
DR POR NATUREZA A 31/12/2023 E 31/12/2022	9
DR POR FUNÇÕES A 31/12/2023 E 31/12/2022	10
DEMONSTRATÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
ANEXO AO BALANÇO E DR	12
- IDENTIFICAÇÃO	12
- REFERÊNCIAS CONTABILISTICAS	12
- POLÍTICAS CONTABILISTICAS	13
- ATIVOS FIXOS TANGIVEIS	18
- INVENTARIOS	21
- RENDIMENTOS E GASTOS	22
- SUBSIDIOS	24
- INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25
- BENEFICIOS DOS EMPREGADOS	27
- ACONTECIMENTOS APÓS O BALANÇO	28
- DIVULGAÇÕES EXIGIDAS	28
- OUTRAS DIVULGAÇÕES	28



Seja bem-vindo à Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães!

Designação da Instituição: Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na direção geral da Segurança Social sob a inscrição nº25/85 no livro nº2 da Irmandades da Misericórdia, folhas 11 verso e 12, desde 10/05/1095.

Pessoa Coletiva nº :501276890

Número de Identificação da Segurança Social: 20007589672

Morada da Sede: Rua Luís de Camões, 1033,

5140-080 Carrazeda de Ansiães

A Misericórdia de Carrazeda de Ansiães foi criada em 1930. Atualmente, e desde 1995 assume a Provedoria o Dr. Ricardo Manuel Paninho Pereira, contando com a colaboração dos seus cerca de 60 colaboradores distribuídos pelas diferentes valências.

Valência	Designação	Utentes / famílias
ERPI	Estrutura Residencial para pessoas idosas	50
CENTRO DE DIA	Centro de Dia	10
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário	100
CRECHE	Creche – 3 meses aos 3 anos	63
PRE-ESCOLAR	Pré-escolar – 3 a 5 anos	41
BAIRRO HABITACIONAL	40 Habitações	40



Para além das Respostas Sociais / Valências protocoladas com a segurança social, esta Instituição tem ainda:

- ✓ Um Bairro Habitacional com 40 famílias
- ✓ Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4G, denominado CAUSA 4G – Carrazeda de Ansiães, Une e Socializa Apoiando, sendo um programa que abrange grupos sociais desfavorecidos, através da capacitação das famílias, da intervenção em grupos vulneráveis, no combate ao isolamento e solidão das pessoas idosas e no desenvolvimento da economia local.
Este projeto teve início em junho do ano 2020 e terminou em 30 de junho de 2023, sendo possível uma nova candidatura, agora com a duração de 4 anos.
- ✓ POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas, que se baseia na aquisição e distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, sendo esta Instituição entidade mediadora do projeto e que no âmbito da presente candidatura realiza ações de acompanhamento, nomeadamente na seleção / distribuição de géneros alimentares, ações de sensibilização à comunidade e famílias carenciadas e otimização da gestão do orçamento familiar.
Este projeto abrange atualmente 50 agregados familiares.
- ✓ Cantinas Sociais – Programa de Emergência Alimentar, que consiste na confeção de 8 refeições diárias protocoladas com a segurança social a pessoas carenciadas.

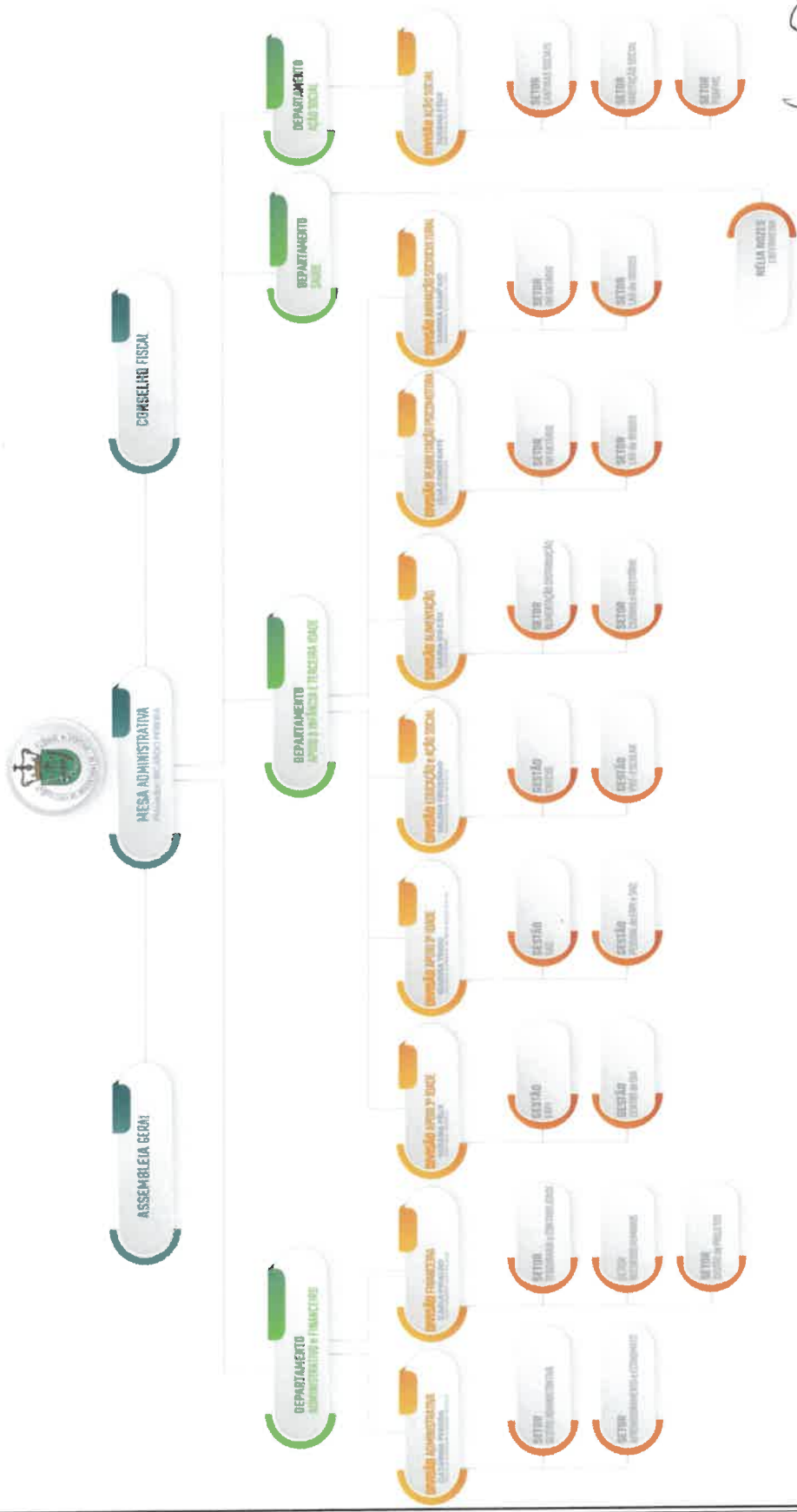


RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

Handwritten signatures and initials

ORGANOGRAMA - 2024
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CARRAZEDA DE ANSIÃES





Dando cumprimento ao “Compromisso da Irmandade” aprovado em Assembleia Geral no dia 29 de junho de 2015, de acordo com o estipulado no nº 2 da alínea b) do art.º22 e alínea e) do nº 1 do artº 27, vem a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, submeter à apreciação, discussão e aprovação da Assembleia Geral de Irmãos, o “Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2023”, aprovado em reunião da Mesa Administrativa em 12 de março de 2024, bem como os respetivos pareceres do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

Caros Irmãos:

Encerradas que foram as contas do exercício de 2023, verificamos que estas se mantêm negativas no que respeita ao “Resultado Líquido do Período”, em cerca de 135.608,23 euros, e que dizem respeito a amortizações que essencialmente correspondem a um forte aumento nos investimentos em obras de manutenção e reparação no Bairro do Pereiro e Bairro da Misericórdia, obras de manutenção e restauro no Lar de Santa Águeda bem como no Jardim de Infância, calcetamento de arruamentos no Bairro do Pereiro bem como no pátio anexo ao armazém sito na zona industrial. Foram ainda investidos meios financeiros na aquisição de equipamentos hoteleiros para remodelação da cozinha, atendendo a que os equipamentos ali existentes se encontravam com problemas na sua regular funcionalidade, motivado pelo uso intensivo dos mesmos.

Também foram reforçados meios financeiros para a remodelação da totalidade do equipamento informático da Instituição. Todos os sistemas informáticos foram revistos e atualizados de modo a proteger eficazmente a rede existente e melhorar as proteções de segurança.

Quanto às despesas correntes, pode-se verificar que houve um aumento significativo em relação a 2022. Analisadas as despesas, podemos confirmar que este aumento se distribuiu essencialmente nas seguintes rubricas:

1- Despesas com pessoal;

Nestas despesas o aumento teve origem na atualização obrigatória do ordenado mínimo e no facto de atualizarmos também todo o quadro de pessoal por forma a manter-se uma coerência lógica nas diferentes categorias bem como no tempo de serviço.

2- Despesas de alimentação;

No que respeita à alimentação, verificou-se não só a manutenção dos preços de 2022 dos produtos agrícolas que já se encontravam bastante elevados como ainda se agravaram de um modo geral.

3- Despesas de consumo energético.

Nos preços dos produtos energéticos como sejam a eletricidade e o gás, agravaram-se na base do valor da inflação de 2023 que se estimou m 7,8%.



Apesar da conjuntura financeira a nível mundial se continuar a agravar, o índice de inflação em Portugal caiu para 4,3% no final de 2023, o que contribuiu de certa forma para o controlo dos preços nos consumidores.

Ainda é de referir que dada a conjuntura de aumento dos juros relativos aos empréstimos bancários, esta Instituição decidiu efetuar a liquidação do empréstimo que ainda mantinha no BPI, relacionado com a construção do Bairro do Pereiro. Atualmente apenas mantém um "leasing" relacionado com a compra de uma viatura e que se encontra também praticamente liquidado.

Já no que respeita às receitas obtidas em 2023, estas tiveram um aumento significativo, mas estes ainda não são suficientes para fazer face ao aumento dos custos referidos anteriormente.

Por fim, há que fazer um ponto de situação relativamente à obra do "Novo Lar da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães".

Tendo sido posta a concurso pelo valor base de dois milhões e cem mil euros, não houve concorrentes a apresentar qualquer proposta e assim o concurso ficou deserto apesar do interesse demonstrado por 8 empresas construtoras, que referiram constatar que o valor base era bastante baixo. Após se terem tomado algumas iniciativas de revisão dos preços constantes na proposta do concurso, iremos de novo colocar a obra a concurso por um valor substancialmente superior, de modo que, desta vez, surjam propostas concretas para execução final da obra.

De referir que de acordo com o valor que venha a ser adjudicado, iremos iniciar a fase de negociação de um empréstimo que faça face ao valor da adjudicação.

Por fim quero agradecer toda a colaboração, dos irmãos da Instituição, na confiança que têm depositado em nós, mas também a todos os colaboradores que têm sabido merecer a nossa confiança, pois têm exercido a sua atividade com competência e zelo, garantindo a qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes.

Muito obrigado a todos os membros esta Assembleia e a todos desejo um bom ano de 2024.

Carrazeda de Ansiães, 12 de março de 2024

O Provedor da Mesa Administrativa


(Dr. Ricardo Manuel Paninho Pereira)





RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

Balanço Individual a 31/12/2023 e 31/12/2022

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.824.307,23	1.871.668,60
Bens do património histórico e cultural	4	82.415,90	82.415,90
Investimentos financeiros	12	49.872,92	31.060,45
		1.956.596,05	1.985.144,95
Ativo corrente			
Inventários	5	5.813,62	5.935,39
Créditos a receber	12	91.531,73	215.681,53
Estado e outros entes públicos	12	2.205,96	6.056,38
Fundadores/Benemeritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros	12	1.074,30	678,00
Diferimentos	12	6.866,98	4.514,97
Outros ativos correntes	12	326,85	199,23
Caixa e depósitos bancários	12	1.054.857,14	1.202.676,17
		1.162.676,58	1.435.741,67
Total do Ativo		3.119.272,63	3.420.886,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas	8	76.316,07	76.316,07
Resultados transitados	8	2.595.232,84	2.663.397,73
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7;8	382.543,20	409.827,49
		3.054.092,11	3.149.541,29
Resultado líquido do período		(135.608,23)	(55.113,21)
Total dos Fundos patrimoniais		2.918.483,88	3.094.428,08
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8		4.126,59
			4.126,59
Passivo corrente			
Fornecedores	12	6.373,38	6.548,64
Estado e outros entes públicos	12	23.760,63	25.370,55
Financiamentos obtidos	8	4.093,76	132.857,88
Diferimentos			
Outros passivos correntes	12	166.560,98	157.554,88
		200.788,75	322.331,95
Total do Passivo		200.788,75	326.458,54
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		3.119.272,63	3.420.886,62



RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

Demonstração Individual dos Resultados por natureza a 31/12/2023 e 31/12/2022

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados	+	12	565.656,68	557.000,47
Subsídios, doações e legados à exploração	+	12	1.053.513,17	1.138.586,19
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-		(236.471,13)	(199.467,10)
Fornecimentos e serviços externos	-	11 ; 12	(387.919,34)	(500.080,94)
Gastos com pessoal	-	12	(1.128.581,99)	(1.080.899,53)
Outros rendimentos	+	2 ; 7 ; 12	99.280,61	119.619,85
Outros gastos	-	12	(18.273,37)	(13.791,67)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		(52.795,37)	20.967,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4	(81.558,13)	(75.741,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(134.353,50)	(54.773,76)
Juros e rendimentos similares obtidos	+	2		
Juros e gastos similares suportados (9)	-		(1.254,73)	(339,45)
Resultado antes de impostos	=		(135.608,23)	(55.113,21)
Resultado líquido do período	=		(135.608,23)	(55.113,21)



RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

Demonstração Individual dos Resultados por funções a 31/12/2023 e 31/12/2022

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS									
	2023									
	ERPI	SAD	CD	Creche	Pro	CLDS	Bairro Social	Mediadores	CLDS/G	Total
Vendas e serviços prestados	344.233,92	147.665,34	15.089,77	10.785,65	47.882,00				565.656,66	557.000,47
Costo das vendas e dos serviços prestados	(536.689,32)	(373.738,94)	(19.555,82)	(183.962,94)	(168.140,60)		(14.140,31)	(22.209,03)	(1.365.053,12)	(1.280.366,63)
Resultado bruto	=	(192.355,40)	(4.466,05)	(173.177,29)	(120.258,60)		(14.140,31)	(22.209,03)	(799.396,44)	(723.366,16)
Outros rendimentos	386.067,32	334.108,33	13.970,27	210.450,14	121.638,20	515,80	66.430,28	22.770,35	1.152.793,76	1.258.206,04
Gastos de distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos administrativos	(166.984,33)	(157.826,12)	(13.138,12)	(42.317,67)	(40.747,26)	(515,80)	(28.966,13)	(18.982,04)	(469.477,47)	(583.006,49)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos	(16.712,05)	-	-	-	(1.561,32)	-	-	-	(18.273,37)	(6.607,15)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(19.984,46)	(3.633,90)	(5.044,82)	(40.929,18)		23.323,84	561,32	(134.353,50)	(54.773,76)
Gastos de financiamento (líquidos)	-	(112,68)	-	-	-	-	(1.152,83)	-	(1.264,73)	(339,45)
Resultados antes de impostos	=	(19.973,68)	(3.633,90)	(5.044,82)	(40.929,18)		22.171,01	561,32	(135.608,23)	(55.113,21)
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	=	(19.973,68)	(3.633,90)	(5.044,82)	(40.929,18)		22.171,01	561,32	(135.608,23)	(55.113,21)

12/03/2024



RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2023 e 31.12.2022

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes	+	621.789,74	606.850,62
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	(656.272,47)	(706.958,45)
Pagamentos ao pessoal	-	(1.092.075,74)	(1.056.399,04)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(1.126.558,47)	(1.156.506,87)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	1.145.939,47	1.094.581,22
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1) +/-	19.381,00	(61.925,65)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(52.024,33)	(72.641,62)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	(20.730,41)	(2.709,04)
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	8.500,00	
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+	1.884,61	531,89
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+	7.151,00	17.500,00
Juros e rendimentos similares	+	51,96	139,58
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2) +/-	(55.167,17)	(57.179,19)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	18.328,00	41.735,00
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(129.208,03)	(32.244,61)
Juros e gastos similares	-	(1.152,83)	(336,63)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(112.032,86)	9.153,76
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(147.819,03)	(109.951,08)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	1.202.676,17	1.312.627,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	1.054.857,14	1.202.676,17

Mesa Administrativa

Carvalho
Secretaria Municipal
Alves

Contabilista Certificado

João Ricardo

12/03/2024

221829717

88597



Exercício de 2023
01-01-2023 a 31-12-2023

Anexo

Nota prévia: os pontos constantes do texto publicado na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho e que fazem parte do Anexo 16 da mesma, o qual constitui o Anexo às contas a apresentar pelas entidades do setor não lucrativo, e que aqui não são retratados ou objeto de qualquer comentário, não têm aplicabilidade à instituição e/ou não são merecedores do mesmo por motivos de total irrelevância.

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

NIPC 501 276 890

NISS 20007589672

1.2 – Sede

A sede da instituição localiza-se na Rua Luís de Camões, 1033, 5140 – 080 em Carrazeda de Ansiães.

1.3 – Natureza da atividade

A Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como atividade principal o apoio social a idosos em lar e domicílio (CAE 87301).

Dispõe, também, de estabelecimentos de educação pré-escolar (CAE 85100), de atividades de cuidados para crianças, sem alojamento (CAE 88910), de arrendamento (CAE 62200) e outras atividades de apoio social sem alojamento (CAE 88990).

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:



2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se, então, que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir



consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

- Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Tais considerações e princípios sobre a materialidade foram acolhidos na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da instituição.

- Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

- Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Genericamente, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.



b) Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento):

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Terrenos, Edifícios, Viaturas, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre os ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas.

Investimentos financeiros

Com relevância para o caso, estes investimentos incluem as contribuições de caráter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho (obrigatoriedade essa que terminou em abril/2023) e um conjunto de títulos representativos de quotizações sobre o Crédito Agrícola (40.000,00 €). Em ambos os casos, a respetiva detenção tem caráter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A valorização destes investimentos tem por base o Método do Custo.



Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no FIFO.

Imparidade de ativos

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).



Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

a) Principais pressupostos relativos ao futuro:

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2024.

No momento presente, entende-se que não existe um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano de 2024.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas de um período para o outro.

3.3 – Alterações nas Estimativas Contabilísticas:

Não existiram alterações nas estimativas contabilísticas.



3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

A correção de erros de períodos anteriores foi refletida, separadamente, numa conta de gastos e rendimentos do ano. As correções de tipo negativo, provocando a contabilização de gastos, ascenderam a 4.044,31 € e as correções de tipo positivo, provocando a contabilização de rendimentos, ascenderam a 820,38 €. Estas correções conjugadas, não são consideradas materiais.

Relativamente ao projeto CLDS 4G – CAUSA 4G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social – Carrazeda de Ansiães, Une e Socializa Apoiando, com termino em junho do ano 2023, verificou-se uma correção no final do mesmo de -28.495,68 €, correção essa refletida a debito da conta resultados transitados.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis.

No caso de ativos obtidos por doação (em 2012), o valor que lhes foi atribuído assenta no respetivo valor de mercado à data da concretização da transferência da propriedade para a entidade, sendo que os mesmos foram alienados no decorrer do ano 2023.

- Ver 3.1 b)

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas



RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural			Outros ativos fixos tangíveis				
	...	Obras de Arte	Outras	...	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis					50	6	5	4 a 6	4
Taxas de depreciação					2,00%	16,66%	20,00%	16,66 a 25%	25,00%
Métodos de depreciação					Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e

e) Quantia e natureza dos bens do patrimônio histórico, artístico e cultural.



RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Bens do domínio público		Bens do património histórico, artístico e cultural		Outros ativos fixos tangíveis						Em curso	Totais	
		Obras de Arte	Outras	Terras e R. Naturais	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte	Eq. Administrativo	Outros			Edifícios
Em 01/01/2022	Quantias brutas escrituradas			4.489,67	77.916,23	10.919,91	2.552.607,49	554.004,71	281.445,74	173.835,46	10.152,70	275.130,83	3.941.425,74	
	Depreciação acumuladas						(983.503,46)	(333.796,47)	(297.596,12)	(184.581,74)	(92.112,53)		(1.881.302,62)	
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas			4.489,67	77.916,23	10.919,91	1.619.073,63	21.135,14	24.349,62	9.253,72	(82.159,03)	275.130,83	1.960.123,12	
Movimentos do período 2022	Acréscimos	Aquisições					12.266,47	10.316,94	31.950,00			6.150,00	60.702,41	
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalho para a própria entidade												
		Outras												
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização												
		Decréscimos por revalorização												
	Transferências	De ativos intangíveis em curso												
		Outras												
	Diminuições	Alienações												
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações						(51.107,67)	(10.173,11)	(13.762,84)	(441,35)	(258,26)		(75.743,03)
		Reversões de depreciações												
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade												
Reversões de perdas por imparidade														
Em 31/12/2022 (11/01/2023)	Quantias brutas escrituradas			4.489,67	77.916,23	10.919,91	2.564.863,06	574.240,65	313.395,74	173.828,46	10.152,70	281.280,83	4.011.128,15	
	Depreciação acumuladas						(984.641,53)	(343.962,66)	(370.861,78)	(185.009,18)	(92.598,98)		(2.057.044,65)	
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas			4.489,67	77.916,23	10.919,91	1.580.221,43	30.277,97	42.533,96	8.819,27	(82.416,88)	281.280,83	1.954.083,50	
Movimentos do período 2023	Acréscimos	Aquisições					13.109,34	25.230,34		12.711,34			51.051,02	
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalho para a própria entidade												
		Outras												
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização												
		Decréscimos por revalorização												
	Transferências	De ativos intangíveis em curso												
		Outras												
	Diminuições	Alienações						(21.300,00)		(1.560,00)				(22.860,00)
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações						(51.457,79)	(13.754,78)	(13.361,06)	(2.983,61)			(81.558,14)
		Reversões de depreciações			(4.489,67)	(77.916,23)		4.445,74		1.560,00		82.416,89		6.005,73
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade												
Reversões de perdas por imparidade														
Em 31/12/2023	Quantias brutas escrituradas			4.489,67	77.916,23	10.919,91	2.556.703,30	600.470,06	311.835,74	196.539,80	10.162,70	281.280,83	4.039.319,17	
	Depreciação acumuladas			(4.489,67)	(77.916,23)		(1.031.853,68)	(557.717,46)	(282.963,72)	(187.892,79)	(10.152,70)		(2.132.596,00)	
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas					10.919,91	1.525.049,72	41.753,53	29.172,02	18.547,10		281.280,83	1.906.723,11	

Os valores inscritos em "Depreciações e perdas por imparidade acumuladas" dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade nos dois períodos relatados.

12/03/2024



5 – Inventários:

5.1 – Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contábilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermediários	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico					
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico		✓			
		Custo corrente					
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra		✓			
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais		✓			
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição		✓			
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes		✓			
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
	Outros custos	Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de concepção de produtos para clientes específicos					
		Custos de empréstimos obtidos					
	Técnicas de mensuração do custo	Custo padrão regularmente revistos					
		Outras			✓		
	Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos					
Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)			✓				
Custeio médio ponderado							



[Handwritten signature and notes]

5.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2023	Inventários armazenados na entidade		5.813,62	5.813,62				5.813,62
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imperidade							
			5.813,62	5.813,62				5.813,62
31.12.2022	Inventários armazenados na entidade		5.935,39	5.935,39				5.935,39
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imperidade							
			5.935,39	5.935,39				5.935,39

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via do seu consumo interno.

6 – Rendimentos e Gastos:

6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

12/03/2024



No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respectiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

6.2 Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais

Sendo certo que todos os anos a entidade recebe donativos, em dinheiro ou gêneros, a verdade é que o quantitativo destes foge completamente ao controlo da mesma. Neste sentido, a dimensão desta categoria de rendimentos é excepcional com relação a cada período de relato.

Em 2023 o valor total dos donativos ascendeu a 18.328,00 €.



RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

7 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		2023					2022				
		Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
					Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Subsídios relacionados com ativos	CLDS	515,80	17.184,97			515,80	17.700,77				
	Adaptar Social +	142,14	6.538,43			142,14	6.680,57				
	ISD 2020	304,77	8.780,92			304,77	9.085,69				
	ISD 2021	749,70	2.250,90			749,70	3.000,60				
	Doação espécie					396,00	15.444,00				
	INH	10.205,80	295.968,14			10.205,80	306.173,94				
	MASES	881,72	30.860,20			881,72	31.741,92				
	ISD 2023	1.191,36	5.959,64								
	PFR	5.000,00	15.000,00			5.000,00	20.000,00				
		18.991,29	382.543,20			18.195,93	409.827,49				
Subsídios relacionados com rendimentos	ERPI	323.880,85				305.463,12					
	SAD	282.643,70				285.393,79					
	CD	13.970,27				16.824,52					
	Creche	209.549,47				178.323,17					
	Pre escolar	121.174,72				107.096,16					
	Cantina Social	8.727,00				6.357,50					
	Vagas Sociais					20.272,96					
	Seg. Social - Outros					1.549,56					
	CAUSA 4G	26.843,09				139.999,98					
	IEFP	4.657,54				3.786,19					
	POAPMC	5.298,00				3.713,77					
	CMCA	33.272,88				35.267,54					
	IAPMEI					1.736,00					
	Mediadores	22.770,35				32.590,62					
Vital Air	725,30				211,31						
		1.053.513,17				1.138.586,19					
Reembolsáveis	...										
Totais		1.053.513,17	18.991,29	382.543,20			1.138.586,19	18.195,93	409.827,49		

12/03/2024



8 – Instrumentos financeiros:

8.1 — Bases de mensuração e políticas contábilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final do período a entidade não dispunha deste tipo de instrumentos.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro / passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A entidade não dispõe de Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, sendo que as suas unidades de participação detidas no Fundo de Compensação do Trabalho, contabilizadas em Investimentos Financeiros, também não se encontram mensuradas segundo este critério.

8.2 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas	76.316,07			76.316,07
Reservas legais				
Outras reservas	76.316,07			76.316,07
Resultados transitados	2.663.397,73	(83.608,89)	15.444,00	2.595.232,84
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial				
Outros				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Outras variações nos fundos patrimoniais	409.827,49	(34.435,29)	7.151,00	382.543,20
Subsídios				
Doações				
Outras				

8.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.

A dívida relacionada com um financiamento bancário contraído em fevereiro de 2008, pelo prazo de dezanove anos, foi liquidada durante o ano 2023 na sua totalidade.

b) Quantia das dívidas com duração residual inferior a 5 anos e superior a 1 ano:

A única dívida nestas condições está relacionada com um contrato de leasing, com data de 25 de janeiro de 2021, pelo período de 48 meses, cujo valor em dívida a 31/12/2023 ascende a 4.093,76 €.

c) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

A entidade não tem prestadas quaisquer garantias reais contra financiamentos bancários ou quaisquer outras dívidas.

8.4 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Todas as dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço têm duração residual menor ou igual a um ano.



Acrescenta-se que à data do Balanço não se encontram contabilizadas quaisquer perdas por imparidade respeitantes a dívidas à entidade, por se entender que não existem, nessa data (e nesta), riscos de incobrabilidade, pelo que o valor bruto dessas dívidas é igual ao seu valor líquido.

Aliás, não existem imparidades com relação a quaisquer ativos ou passivos financeiros da entidade.

8.5 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Com exceção do apontado na alínea b) e das considerações expostas na alínea a), ambas do ponto 8.3, todas as dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço têm duração residual menor ou igual a um ano.

9 – Benefícios dos empregados.

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

(valores expressos em euros)

Colaboradores durante o período	2023		2022	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados	68	70	70	70
Cooperantes				
Voluntários	2	2	4	4

Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados. Em simultâneo, não existem por parte da entidade com relação a tais membros:

- Compromissos existentes em matéria de pensões;
- Quantias adiantadas e/ou créditos concedidos;



- Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza.

Em 2023 a Mesa Administrativa (Direção) é constituída por cinco elementos efetivos e dois suplentes e o Conselho Fiscal por três elementos efetivos e dois suplentes. Durante o ano de 2023 o número de elementos e a composição dos órgãos sociais não sofreu alteração.

10 — Acontecimentos após a data do balanço:

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

11 — Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

11.1 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Também se informa que não existem quaisquer dívidas para com os trabalhadores.

11.2 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único.

Pelos serviços prestados durante o período de 2023, o Revisor Oficial de Contas auferiu honorários/ano no valor de 2.850,00 €, mais IVA.

12 — Outras divulgações

12.1 — Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

12.1.1 – Detalhe da rubrica de Investimentos financeiros.



Os investimentos financeiros detidos pela entidade incluem as contribuições de caráter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho (no valor de 9.332,35 €), um conjunto de aplicações financeiras de longo prazo, sem risco de capital, depositadas na banca comercial (40.000,00 €) e o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (no valor de 540,57) €.

12.1.2 – Posição dos saldos das contas de Caixa, Depósitos à ordem e outros depósitos bancários

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2023			31.12.2022		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário						
	...						
	Subtotais						
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	621.841,21		621.841,21	569.469,98		569.469,98
	Outros depósitos bancários	433.206,19		433.206,19	633.206,19		633.206,19
	...						
	Subtotais	1.055.047,40		1.055.047,40	1.202.676,17		1.202.676,17
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		1.055.047,40		1.055.047,40	1.202.676,17		1.202.676,17



12.1.3 – Posição dos saldos das rubricas de Créditos a receber, fornecedores e outros passivos correntes.

(valores expressos em euros)

Detalhe das rubricas Créditos a Receber, Fornecedores e Outros passivos correntes	31.12.2023	31.12.2022
Créditos a receber (Ativo)	91.531,73	215.681,53
Clientes	21.452,26	21.343,84
Outos devedores	7.500,00	7.540,29
Fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	62.579,47	186.797,40
Fornecedores (Passivo)	6.373,38	6.548,64
Outros passivos correntes (Passivo)	166.560,98	157.554,88
Pessoal	732,92	
Fornecedores de investimentos	15.238,94	15.238,96
Credores por acréscimos de gastos	150.589,12	142.211,56

12.1.4 – Posição dos saldos da conta Estado e Outros Entes Públicos.

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2023			31.12.2022		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento						
Retenção de impostos sobre rendimentos		(3.878,38)	(3.878,38)		(4.911,18)	(4.911,18)
Imposto sobre o valor acrescentado	2.205,92		2.205,92	6.056,36		6.056,36
Outros impostos						
Contribuições para a Segurança Social		(19.882,21)	(19.882,21)		(20.212,91)	(20.212,91)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações					(246,44)	(246,44)
Totais	2.205,92	(23.760,59)	(21.554,67)	6.056,36	(25.370,53)	(19.314,17)

**12.1.5 – Posição dos saldos das contas Devedores e Credores por Acréscimos e Diferimentos.***(valores expressos em euros)*

Acréscimos e Diferimentos			Período 2023	Período 2022
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar	30.515,76	20.614,44
		IEFP	632,67	3.786,19
		Vagas Sociais	0,00	3.882,32
		CMCA - Recursos Humanos CAC	2.087,76	5.589,97
		POAPMC	0,00	0,00
		Cantinas Sociais	711,00	620,00
		CLDS 4G	18.093,09	121.290,71
		Mediadores Municipais	0,00	25.475,44
		CAC - Verbas CMCA	4.011,44	3.717,92
		Seg. Social	6.527,75	1.820,41
		Totais	62.579,47	186.797,40
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	150.589,12	142.211,56
		Totais	150.589,12	142.211,56
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	6.866,98	4.514,97
		Totais	6.866,98	4.514,97
	Rendimentos a reconhecer	Totais	0,00	0,00

*12.1.6 – Detalhe da conta Gastos com o Pessoal.**(valores expressos em euros)*

Gastos com o Pessoal	Período 2023	Período 2022
Remunerações do pessoal	897.343,56	861.202,08
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	194.038,45	185.639,67
Seguro de acidentes de trabalho	31.403,12	25.738,30
Outros gastos com o pessoal	5.796,86	8.319,48
Remunerações adicionais		
Outros		
Totais	1.128.581,99	1.080.899,53

12.1.7 – Detalhe da conta Fornecimentos e Serviços Externos



RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2023	Período 2022
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	27.552,36	62.136,35
	Publicidade e propaganda	440,00	1.041,89
	Vigilância e segurança	518,76	2.630,52
	Honorários	6.450,91	5.938,08
	Comissões		
	Conservação e reparação	22.988,64	19.389,82
	Outros		
Totais		57.950,67	91.136,66
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18.971,04	19.972,28
	Livros e documentação técnica	37,30	
	Material de escritório	5.236,55	7.152,56
	Artigos para oferta	4.264,73	5.679,42
	Outros	2.818,20	5.949,39
Totais		31.327,82	38.753,65
Energia e fluidos	Eletricidade	45.211,02	34.690,23
	Combustíveis	150.917,04	223.753,81
	Água	807,47	2.442,88
	Outros		55,35
Totais		196.935,53	260.942,27
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	258,10	478,35
	Transportes de pessoal	104,70	157,05
	Transportes de mercadorias		
	Outros		
Totais		362,80	635,40
Serviços diversos	Rendas e alugueres	5.612,22	18.614,70
	Comunicação	4.868,79	5.545,94
	Seguros	5.120,04	6.118,17
	Royalties		
	Contencioso e notariado	300,10	271,71
	Despesas de representação		
	Limpeza, higiene e conforto	51.547,27	50.707,70
	Outros serviços	33.894,10	27.354,74
Totais		101.342,52	108.612,96
Totais		387.919,34	500.080,94

12/03/2024



RELATÓRIO E CONTAS 2023

SCMCA 2023

12.1.8 – Detalhe do Rédito

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2023			2022		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	565.656,68	99,98%	1,55%	557.000,47	99,97%	
Juros	85,51	0,02%	(38,74%)	139,58	0,03%	
Royalties						
Dividendos						
Totais	565.742,19	100,00%	1,54%	557.140,05	100,00%	

2021	
Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
545.155,41	99,94%
317,85	0,06%
545.473,26	1,00

12.1.9 – Detalhe dos Subsídios à Exploração reconhecidos em 2023

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com rendimentos	Seg Social - ERPI	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2011	Renovado Automaticamente	322.329,75	1.351,10	323.680,85
		Seg Social - SAD	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2009	Renovado Automaticamente	292.643,70		292.643,70
		Seg. Social - Centro Dia	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2009	Renovado Automaticamente	13.670,27		13.670,27
		Seg. Social - Creche	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2008	Renovado Automaticamente	204.101,20	5.448,27	209.549,47
		Seg. Social - Pre	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2010	Renovado Automaticamente			
		Seg. Social - Pre	Acordos Cooperação	Ministério Educação	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2010	Renovado Automaticamente	00.300,43	328,53	50.658,96
		Seg. Social - Educação Pre Escolar	Programa Expansão Desenvolvimento Educação Pré escolar	Ministério Educação	Compensação financeira	Subsidio	2023	2023		30.515,76	30.515,76
		Seg. Social - Cantinas Sociais	Programa de Emergência Alimentar - Rede Solidária de Cantinas Sociais	Segurança Social	Acesso a refeições escolares gratuitas para pessoas/famílias necessitadas	Subsidio	2023	2023	8.010,00	711,00	8.727,00
		Protocolo CMCA	Protocolo Cooperação	CMCA	Reembolso de despesas com Centros de Convívio	Protocolo	2012	Renovado Automaticamente	26.085,12	2.087,76	28.172,88
		Premios de Participação	Premios de participação	CMCA	Incentivar a participação em atividades	Subsidio	2023	2023	2.100,00		2.100,00
		Mediadores M. Interculturais	Candidaturas	CMCA	Mediadores Municipais Interculturais	Financiamento	2021	2023	22.770,35		22.770,35
		Programas IEFP	Candidaturas	IEFP	Apoio ao emprego	Comparticipação	2023	2023	4.024,87	632,67	4.657,54
		POAPMC	Candidaturas	POISE	Apoio Generos Al.	Financiamento	2023	2023	5.298,00		5.298,00
		VITALAIR	Apoio			Comparticipação	2023	2023	728,30		728,30
CMCA - verbas CAC	Protocolo Cooperação	CMCA		Comparticipação	2023	2023		4.011,44	4.011,44		
CLDS 4G	Candidaturas	POISE	CLDS 4G	Financiamento	2020	2023	8.750,00	18.093,09	26.843,09		
								994.144,99	63.179,62	1.053.313,17	



12.1.10 – Detalhe das contas Outros Rendimentos e Outros Gastos.

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2023	Período 2022	Outros gastos		Período 2023	Período 2022
Rendimentos suplementares	Serviços sociais	56.704,48	54.281,30	Impostos	Impostos diretos	234,00	176,18
	Aluguer de equipamento				Impostos indiretos		
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas		
	Royalties				...		
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...		
	Outros rendimentos suplementares				3.289,13		
Totais		59.993,61	54.456,31	Totais		234,00	176,18
Descontos de pronto pagamento obtidos				Descontos de pronto pagamento concedidos			
Recuperação de dívidas a receber				Dívidas incobráveis			7.184,52
Ganhos em inventários	Sinistros			Perdas em inventários	Sinistros		
	Sobras				Quebras		
	Outros ganhos				Outras perdas		
Totais				Totais			
Rendimentos em investimentos não financeiros	Alienações	1.000,00		Gastos em investimentos não financeiros	Alienações	9.354,28	
	Sinistros				Sinistros		
	...				Abates		
	Outros rendimentos				Outras gastos		
Totais		1.000,00		Totais		9.354,28	
Outros	Correções relativas a períodos anteriores	820,38	4.015,11	Outros	Correções relativas a períodos anteriores	4.044,31	1.986,52
	Imputação de subsídios para investimentos	18.991,29	18.195,93		Donativos		
	...				Quotizações	600,00	600,00
	Restituição de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso da estimativa para impostos				Insuficiência da estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
	Outros não especificados	18.389,82	42.812,92		Outros não especificados	4.040,80	3.844,45
	Totais		38.201,49		65.023,98	Totais	
Totais		99.195,10	119.480,27	Totais		18.273,37	13.791,67

A Mesa Administrativa

Paraná de Paula Pereira
[Signature]
António Rui Costa

O Contabilista Certificado

Coob Sicilja
 221829717
 88597

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3.119.272,63 € e um total de fundos patrimoniais de 2.918.483,88 €, incluindo um resultado líquido negativo de 135.608,23 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Contudo, entendemos que o mesmo deveria conter um pouco mais de informação, na perspetiva da dissecação da informação quantitativa mais importante contida nas Demonstrações Financeiras.

Carrazeda de Ansiães, 16 de março de 2024


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CONCELHO
DE
CARRAZEDA DE ANSIÃES**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias e legais, designadamente o disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 31º dos Compromissos da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, foi submetido à apreciação deste Conselho Fiscal o “Relatório e Contas” da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, do exercício de 2023.

Parecer

Somos de opinião que o Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, referentes ao ano de 2023, **sejam aprovados**. -----

Carrazeda de Ansiães, 21 de março de 2024

O Conselho Fiscal

João Manuel Pires

António Julio Samorinha

Manuel Claudino Alves

